



Evidências de Ciclos Políticos Oportunistas e Partidários nos gastos sociais e seus efeitos no Desenvolvimento Socioeconômico dos municípios gaúchos

Maria Nazaré Oliveira Wyse
Mestranda do Programa de Pós-graduação em Contabilidade - PPGCONT FURG
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)
mariawyse@furg.br

Profa. Dra. Daiane Pias Machado
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)
daianepiasmachado@yahoo.com.br

Prof. Dr. Marco Aurélio Gomes Barbosa
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)
marcobarbosa@furg.br

Profa. Dra. Ana Paula Capuano da Cruz
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)
anapaulacapuanocruz@gmail.com

Resumo

Este estudo analisa dados dos municípios do Rio Grande do Sul, no período de 2004 até 2016, com o objetivo de evidenciar a influência dos ciclos políticos oportunistas e partidários sobre os gastos sociais municipais de assistência, previdência, saúde, saneamento, educação e cultura e estimar seus efeitos sobre o desenvolvimento socioeconômico local. Para alcançar tal objetivo, utilizou-se a abordagem econométrica da análise de dados em painel, tendo em vista a natureza dos dados analisados. Os resultados sugerem que o efeito dos gastos sociais sobre o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Econômico - IFDM quando controlado pelo ciclo político é positivo e estatisticamente significativo, embora com coeficiente menor se comparado ao efeito dos gastos sobre IFDM sem estar mediado pelo ciclo político. Além disso, observa-se a presença do ciclo político oportunista sobre o desenvolvimento municipal, já que se percebe um aumento do IFDM em anos eleitorais e redução em anos pós-eleitorais, corroborando com pressupostos teóricos sobre os efeitos dos ciclos políticos oportunistas que alertam para a manipulação de variáveis macroeconômicas em períodos eleitorais. O artigo também evidencia a ocorrência de ciclo político partidário, uma vez que o alinhamento político-partidário dos prefeitos municipais com o governo federal produziu efeitos positivos sobre o desenvolvimento socioeconômico dos municípios gaúchos.

Palavras-chave: CICLO POLÍTICO; GASTOS PÚBLICOS; DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO.

Linha Temática: Outros temas relevantes em contabilidade





1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento socioeconômico de uma região é impactado pela maneira que seus recursos públicos são geridos. Dessa forma, o governo, em suas diferentes esferas, deve atuar com o objetivo de alavancar o desenvolvimento das regiões sob sua responsabilidade (Pinto, Coronel, Vieira, & Ceretta, 2015). Nesse sentido, pode-se dizer que o contexto socioeconômico exerce influência nos gastos públicos (Morais, Sarmento, Diniz, & Queiroz, 2018). Estes, por sua vez, são influenciados por diversos fatores políticos que acarretam significativos impactos econômicos, a exemplo do ciclo político.

A análise dessa relação pode ser feita sob a ótica da teoria dos ciclos políticos, a qual, segundo Sakurai (2009), pode ser definida genericamente como a possibilidade de fatores políticos afetarem o comportamento das variáveis econômicas, ou seja, permite analisar diversos fatores que influenciam e que são influenciados por aspectos políticos e econômicos. A teoria dos ciclos políticos parte do pressuposto de que os políticos, com a intenção de se manterem no poder, buscam formular situações econômicas que se demonstrem favoráveis à sociedade. Os modelos apresentam características oportunistas e partidárias e expectativas adaptativas e racionais (Nordhaus, 1975; Hibbs, 1977; Alesina, 1987; Rogoff, 1990).

A partir desses estudos, pesquisas nacionais e internacionais buscaram identificar a influência dos ciclos políticos econômicos e orçamentários em variáveis macroeconômicas, fiscais e orçamentárias. Em estudos internacionais, Lopez e Rodriguez (2008), analisaram os ciclos políticos nos agregados macroeconômicos colombianos, Veiga e Veiga (2007), encontraram claras evidências de ciclos políticos oportunistas para os municípios portugueses. Seguindo nessa mesma linha, Gámez e Ibarra-Yúnez (2009) também encontraram as mesmas evidências para os gastos nos estados mexicanos. Assim como, Chortareas, Logothetis e Papandreou (2016), encontraram ciclos políticos oportunistas para municípios da Grécia.

No Brasil, Sakurai (2009), Silva e Faroni (2010), Nunes (2017) e Guerra, Paixão e Leite Filho (2018), identificaram aspectos oportunistas e partidários para as despesas dos estados e municípios brasileiros. Segundo Gionedis e Guimarães (2016) e Guerra *et al.* (2018), os gastos públicos tendem a aumentar em anos eleitorais e declinar nos anos pós-eleitorais, ocasionando assim os ciclos políticos. Sendo que alguns gastos são mais passíveis de manipulações eleitoreiras do que outros.

Dentre os estudos que envolveram gastos sociais, Sakurai (2009) encontrou evidência de ciclos eleitorais de forma mais expressiva nas funções de saúde/saneamento e assistência social, ao analisar os municípios brasileiros. Já nos estudos de Silva e Faroni (2010), os resultados obtidos para os municípios do estado de Minas Gerais, em um modelo que analisa os gastos sociais como variável dependente, indicaram que os gastos sociais de educação, de assistência e previdência social e de saúde representam as funções que mais sofrem variações nos períodos eleitorais, talvez por representarem os serviços públicos de maior interesse coletivo e visibilidade social.

No Rio Grande do Sul, Nunes (2017) encontrou evidências de ciclos partidários nos gastos com educação, indicando que partidos de esquerda apresentam maiores despesas *per capita* nessa rubrica do que os partidos de centro e de direita. Também nos municípios do Rio Grande do Sul, Veloso e Bornhold (2016) analisaram o comportamento das principais contas das despesas orçamentárias e despesas por função. Os resultados apontaram que fatores como viés ideológico dos partidos e alinhamento partidário do prefeito com partidos do governador e presidente mostram ser uma fonte de direção para as políticas por eles tomadas, por meio da evidência dos ciclos partidários.

Nesse sentido, considerando os possíveis impactos da conduta oportunista dos mandatários sobre o bem-estar da sociedade, Queiroz e Silva (2010) ressaltam a importância de pesquisas com a utilização de modelos com variáveis de cunho social. Aliado a isso, Costa,



Ferreira, Braga e Abrantes (2015) atentam para a impossibilidade de se modificar significativamente os níveis de desenvolvimento socioeconômico em um curto espaço de tempo e para a importância das condições anteriores nesse processo.

Assim, diante do exposto até o momento, percebe-se que há indícios de que os ciclos políticos podem influenciar os gastos públicos e consequentemente o desenvolvimento socioeconômico. Neste contexto, com base na análise dos municípios gaúchos, no período de 2004 a 2016, o objetivo desta pesquisa é evidenciar a influência dos ciclos políticos oportunistas sobre os gastos sociais municipais e estimar seu efeito sobre o desenvolvimento socioeconômico local. Além disso, buscam-se evidências para influência de outras variáveis políticas, como a ideologia partidária e o apoio nas eleições dos Governos Estadual e Federal.

Esta pesquisa se incorpora a um conjunto de estudos desenvolvidos com o propósito de identificar a presença dos ciclos políticos oportunistas e partidários em variáveis fiscais e orçamentárias. Com o diferencial de acrescentar a análise do efeito dos ciclos políticos sobre o desenvolvimento socioeconômico captado a partir dos gastos sociais dos municípios gaúchos, já que segundo Pinto *et al.* (2015), o Rio Grande do Sul apresenta características heterogêneas quanto aos aspectos socioeconômicos de seus municípios ou regiões. Assim, ficam evidentes as disparidades encontradas dentro do território gaúcho, justificando os estudos que visam aprofundar e atualizar tal situação.

Além disso, o tema revela sua importância para a compreensão da situação política dos municípios, pois permite uma melhor visualização das práticas oportunistas e partidárias realizadas pelos governantes, as quais acabam afetando a economia e consequentemente o bem-estar da população local, impedindo a criação de valor público.

2. TEORIA DOS CICLOS POLÍTICOS

A Teoria dos Ciclos Políticos apresenta modelos que buscam explicar a relação entre flutuações econômicas e questões políticas. Em Nordhaus (1975) se consolidou os ciclos políticos econômicos (*political business cycle*), a partir do qual tem-se o ciclo político oportunista e ciclo político partidário. O comportamento oportunista pode ser dividido em duas abordagens, uma considerando expectativas adaptativas Nordhaus (1975) e outra expectativas racionais Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990), ambas procurando justificar a existência de ciclos em função do calendário eleitoral (Sakurai, 2009).

O segundo modelo considera as diferenças ideológico-partidárias e a possibilidade de este fator afetar o comportamento econômico. Esta corrente tem como referência os trabalhos de Hibbs (1977), considerando o pressuposto de expectativas adaptativas em relação a preferência dos eleitores e Alesina (1987), pressupondo expectativas racionais. Conforme esta abordagem, os partidos políticos possuem preferências diferentes em relação à conduta de suas respectivas políticas econômicas e com isso o comportamento da economia se dá em função de uma consistência ideológica por parte dos partidos políticos quando estão no poder.

De acordo com o modelo de Nordhaus (1975), os agentes públicos agem de maneira oportunista, visando implícita e fundamentalmente manter-se no poder e atender seus próprios interesses. Para isso, estimulam a demanda agregada em período anterior às eleições a fim de aumentar o crescimento econômico e reduzir o desemprego. Após este período os *policymakers* adotam medidas a fim de reverter os efeitos da política anteriormente implementada. Com isso, nessa trajetória percorrida em torno do calendário eleitoral é possível observar a ocorrência do ciclo político econômico.

A análise de Nordhaus (1975) se dá a partir do *trade-off* da Curva de *Phillips* com as variáveis macroeconômicas inflação e desemprego, onde os agentes políticos, a fim de aumentar a probabilidade de se manterem no poder e obterem vantagens nas urnas, manipulam as políticas fiscal e monetária e geram ilusórias condições favoráveis à sociedade.



Nordhaus (1975) entende que os eleitores são ingênuos, incapazes de aprender e propensos a erros sistemáticos, ou seja, são “míopes” em relação ao *trade-off* macroeconômico inflação e desemprego, assim, agem movidos por expectativas adaptativas.

Rogoff e Sibert (1988) avançam nos estudos de ciclo político ao incluir a possibilidade de reação dos eleitores ao comportamento eleitoral dos candidatos, substituindo as expectativas adaptativas de Nordhaus (1975) por expectativas racionais. Os modelos com expectativas racionais apontam que os eleitores são capazes de antever o comportamento oportunista dos candidatos e assim, não seriam iludidos por políticas eleitorais. Porém, mesmo os eleitores sendo racionais e estando cientes das atitudes dos governantes, ocorre a existência de assimetria na informação, impedindo que os eleitores percebam eficientemente todos os aspectos do sistema político e suas implicações nas oscilações econômicas.

Diante da assimetria de informação, os agentes políticos procuram sinalizar sua competência aos eleitores a fim de obter vantagens particulares. Rogoff e Sibert (1988), apresentam a ideia de utilização dos instrumentos de política fiscal para avaliar a competência dos governantes, além de enfatizarem que a assimetria informacional proporciona ao político a possibilidade de distorcer a política fiscal em período anterior às eleições visando aumentar sua probabilidade de sucesso nas urnas. Desse modelo origina-se os ciclos políticos orçamentários (*Political Budget Cycle*).

Em Rogoff (1990), formalmente o modelo avança para ciclos políticos orçamentários. Baseado na assimetria informacional existente entre gestor público e eleitores, o ciclo proposto pelo autor se baseia em alterações nas variáveis fiscais facilmente perceptíveis pelos eleitores e capazes de sinalizar competência por parte do gestor, aumentando sua chance de sucesso nas eleições. Neste modelo, o autor enfatiza que o governante tem o incentivo de enviar a política fiscal preferindo aumentar gastos mais visíveis e imediatos à população. Essas alterações acontecem tanto ao nível das despesas orçamentárias quanto ao nível da composição dos gastos públicos, dando preferência aos gastos capazes de sinalizar competência e aumentar a probabilidade de sucesso na eleição.

Visto o modelo de ciclo político oportunista tradicionalmente conhecido no trabalho de Nordhaus (1975), outro modelo que também utilizou o *trade-off* da Curva de *Phillips* foi o de Hibbs (1977), mas foi para explicar o ciclo político partidário. Esse modelo postula que a oscilação do ciclo econômico é um reflexo das diferentes visões partidárias que buscam objetivos políticos e econômicos distintos. Sua principal premissa é que os partidos políticos são movidos exclusivamente por motivações ideológicas. Em seu artigo *Political Parties and Macroeconomic Policy*, Hibbs (1977) analisa os padrões de políticas macroeconômicas associadas à partidos de esquerda e de direita, utilizando como amostra 12 países no pós-guerra. O autor considera que os partidos políticos moldam sua ideologia com a intenção de obter mais votos.

Hibbs (1977), aponta que a preocupação com o desemprego ou a inflação está relacionada a classe social a que o indivíduo pertence, ao considerar a existência de diferença ideológica constata que partidos de esquerda são mais propensos a intervenções na economia, tendem a preferir níveis menores de desemprego e aceitar maiores taxas de inflação enquanto os partidos de direita do espectro ideológico preferem menor inflação (controle de preços e estabilidade financeira) e maior desemprego. A formulação do modelo de Hibbs (1977), assume que os eleitores têm expectativas adaptativas, ou seja, são sistematicamente enganados por políticos em período eleitoral.

Seguindo a ideologia partidária de Hibbs (1977), outra abordagem que procura explicar as diferenças partidárias é o estudo de (Alesina, 1987). Em seu artigo *Macroeconomic Policy in a Two-Party System as a repeated game*, acrescenta a expectativa racional ao modelo de ciclo político partidário. O autor critica o modelo proposto de Hibbs



(1977) por utilizar expectativas adaptativas desconsiderando o efeito de que os indivíduos podem se antecipar ao comportamento do governo. Pressupondo expectativas racionais Alesina (1987), entende que os partidos políticos apresentariam preferências diferentes em relação à conduta de suas respectivas políticas econômicas e, assim, estando no poder teriam um comportamento distinto da economia em função de uma consistência ideológica por parte dos partidos políticos.

2.1 Estudos anteriores sobre ciclos políticos

Em estudos internacionais, López e Rodrigues (2008) analisaram os ciclos políticos oportunistas e partidários nos agregados macroeconômicos da Colômbia, no período entre 1970 e 2005. Os resultados permitem verificar a existência de ciclo político econômico oportunista para produto, desemprego e déficit fiscal e, para os modelos partidários, os resultados revelam a existência de diferenças entre as partes no tratamento da inflação e desemprego.

Gámez e Ibarra-Yúnez (2009), analisaram os gastos dos estados mexicanos no período de 1997 a 2004, por meio da estimação de um painel com efeitos fixos. Os resultados mostraram que os governos gastam mais no ano eleitoral e reduzem os gastos no ano seguinte à eleição, seguindo as abordagens postuladas pelo modelo oportunista. Seguindo por essa linha, Veiga e Veiga (2007) corroboram a tese da recomposição dos gastos, por meio de dados em painel dinâmico aplicados aos municípios portugueses, mostrando que as despesas em ano eleitoral tendem a aumentar mais nas áreas mais visíveis ao eleitor. Ademais, os ciclos políticos têm maior força com partidos de esquerda no poder.

Chortareas *et al.* (2016), encontraram evidências de ciclos políticos oportunistas em 109 municípios da Grécia no período de 1985 a 2004. Os ciclos políticos econômicos surgem nos municípios da Grécia, independentemente de os prefeitos concorrerem à reeleição ou não, ou os operadores históricos estarem politicamente alinhados com o governo central ou não.

Nos estados brasileiros Araújo e Leite Filho (2011), encontraram evidências de ciclos políticos e partidários nos gastos públicos, ao analisar o período de 1995 a 2008, os resultados das estimações demonstram que os gastos públicos estaduais aumentam em anos eleitorais e se ajustam em anos pós-eleitorais, evidenciando o comportamento oportunista, além disso, partidos de esquerda promovem uma maior expansão dos gastos públicos.

Já nos municípios brasileiros Sakurai (2009), ao investigar a evidência de ciclos eleitorais e partidários nas funções orçamentárias, entre 1990 e 2005, constatou a presença de ciclo político oportunista de forma mais expressiva nos gastos de saúde/saneamento, habitação/urbanismo, assistência/previdência e transportes. Especificamente para as funções de saúde e saneamento, habitação e urbanismo, o autor infere que com o aumento desses gastos é possível que os políticos evidenciem sua competência de forma relativamente mais imediata à população, já que normalmente são foco de forte apelo político junto aos eleitores.

Silva e Faroni (2010), testaram os gastos sociais nos municípios de Minas Gerais de 2000 a 2008, a fim de verificar a ocorrência de possíveis manipulações de caráter eleitoral. Constataram que o calendário eleitoral exerce influência estatisticamente significativa sobre o comportamento dos gastos. Seu modelo analisa os gastos sociais como variável dependente e indica que os gastos sociais de educação, de assistência e previdência e de saúde representam as funções que mais sofrem variações nos períodos eleitorais, talvez por representarem os serviços públicos de maior interesse coletivo e visibilidade social.

Quanto aos municípios do Rio Grande do Sul, Nunes (2017) analisou as contas públicas entre 2002 e 2012, a fim de verificar o oportunismo político nas despesas de educação e saúde, além disso, procurou analisar a existência de ciclos partidários na atuação dos prefeitos e o apoio político do partido do prefeito ao do Governador do estado e do



Presidente da República. Tendo sua principal hipótese rejeitada, acredita primeiramente que seja pela existência dos dispositivos constitucionais, como a vinculação de receitas e despesas e a Lei de Responsabilidade Fiscal, ou pela recomposição dos gastos nas despesas de investimento durante o ciclo orçamentário. Encontrou evidências significativas quanto ao ciclo partidário, no caso da educação. Quanto ao apoio do partido do prefeito aos governadores e presidentes eleitos ao longo do período, os resultados são significantes, ou seja, evidenciam uma relação positiva entre o apoio ao Governador e os gastos com educação e uma relação negativa entre o apoio ao Presidente e os gastos com educação.

Também nos municípios do Rio Grande do Sul, entre 1995 a 2008, Veloso e Bornhold (2016) analisaram, através de econometria de dados em painel com efeitos fixos, o comportamento das principais contas das despesas orçamentárias e despesas por função. Os resultados encontrados pelos autores indicam que o ciclo eleitoral oportunista exerce influência estatisticamente significativa, porém não evidente para todos os anos e despesas. Em contrapartida, fatores como viés ideológico dos partidos e alinhamento partidário do prefeito com partidos do governador e presidente mostrou ser uma fonte de direção para as políticas por eles tomadas, por meio da evidência dos ciclos partidários.

Sakurai e Menezes Filho (2008) entendem que aumentar os gastos em anos eleitorais reduzem as chances de reeleição dos prefeitos brasileiros. Para Nakaguma e Bender (2006), reduzir as chances de reeleição não seria prejudicial ao desenvolvimento dos municípios, já que a reeleição elevou as despesas públicas e o endividamento dos estados em períodos eleitorais.

2.2 Desenvolvimento Socioeconômico

O Estado, através da alocação de recursos públicos, ou seja, pela função alocativa, é responsável por ofertar bens e serviços à sociedade de modo a promover o desenvolvimento socioeconômico (Costa *et al.*, 2015). Dentre as dimensões nas quais é essencial a atuação do Estado a educação, a saúde e o emprego e renda, são consideradas fundamentais para criar um ambiente que permita com que as pessoas se desenvolvam de forma saudável e em condições favoráveis, possibilitando garantia de bem-estar social e qualidade de vida. Ou seja, a partir dessas dimensões é possível promover o desenvolvimento socioeconômico (Costa, 2012).

Segundo Lazarin, Mello e Bezerra (2014), diversos índices são usados para medir o Desenvolvimento Socioeconômico, entre eles está o apresentado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), o Índice Firjan de Desenvolvimento Socioeconômico (IFDM). O IFDM geral ou consolidado, é um indicador relacionado ao desenvolvimento socioeconômico municipal, que aborda a média dos resultados obtidos de três vertentes ligadas ao desenvolvimento humano, que são: emprego e renda, educação e saúde, podendo variar entre 0 e 1, e significa que quanto mais perto de 1, melhor o desenvolvimento da região.

Os indicadores de desenvolvimento socioeconômico são índices que representam a qualidade de vida da população em determinado período temporal. Através desses índices o governo pode otimizar a gestão pública dos recursos e direcionar de forma mais eficiente os investimentos, além de estimar o comportamento de uma economia (Lazarin *et al.*, 2014). Com a Constituição Federal de 1988, os municípios tornaram-se responsáveis por diversos serviços e gestão financeira, já que são nos municípios que se materializam a qualidade de vida da população e o desenvolvimento socioeconômico.

Porém, a presença de ciclos políticos pode interferir de diferentes maneiras no que se refere à função alocativa e à eficiência da gestão pública conforme afirmação de Costa *et al.* (2015), inclusive impedindo que o desenvolvimento socioeconômico ocorra de forma eficiente. Segundo Moraes *et al.* (2018), o contexto socioeconômico exerce influência sobre os



gastos públicos, esses por sua vez são alvo de manipulações eleitoreiras por parte dos políticos que buscam vantagens particulares visando seu próprio bem-estar.

Na subseção de estudos anteriores sobre ciclos políticos, foi abordado que os ciclos políticos podem influenciar as funções orçamentárias e as variáveis fiscais, com a intenção de demonstrar competência aos eleitores e, conseqüentemente, garantir benefícios visando seu próprio bem-estar. Esses estudos apresentaram manipulações de caráter eleitoral em variáveis que influenciam o desenvolvimento socioeconômico dos municípios.

Estudos foram desenvolvidos para evidenciar o impacto dos gastos sociais sobre o desenvolvimento socioeconômico. Logo, entende-se que a relação entre gasto e desenvolvimento socioeconômico é direta, ou seja, à medida que os gastos são aumentados melhor será o desenvolvimento socioeconômico de um município.

Nos últimos anos, diversas pesquisas têm buscado analisar a relação entre gastos públicos e o desenvolvimento de municípios. Costa (2011), estudou a relação do gasto público com desenvolvimento socioeconômico dos municípios paranaenses e pode inferir que crescimento e desenvolvimento apresentam diferentes conceitos, onde o desenvolvimento socioeconômico apresenta caráter multidimensional. Além disso, o crescimento econômico não gera, necessariamente, desenvolvimento caso os recursos públicos não sejam geridos de forma eficiente e eficaz. A correta alocação e gestão dos recursos aliado a estratégias de desenvolvimento socioeconômico peculiares de cada local ou região e a proximidade da gestão pública municipal com os cidadãos são propostas fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico e garantia de bem-estar à população.

Andrade, Silva, Costa e Matos (2019), analisaram os municípios brasileiros de grande porte a fim de identificar, dentre as variáveis contábeis selecionadas, quais eram condicionantes do IFDM. Verificaram que as despesas pertencentes às funções saneamento e habitação apresentaram significância estatística, portanto, os valores dispendidos nessas duas áreas de atuação governamental afetam o IFDM.

Costa (2012), ao investigar a relação existente entre a qualidade do gasto público e os níveis de desenvolvimento socioeconômico dos municípios mineiros destacou em sua conclusão a importância da realização de políticas de longo prazo e de um planejamento que vai além de um mandato eleitoral. Considerando que a relevância dessas questões reside no fato de que os níveis anteriores de desenvolvimento influenciam os atuais. Portanto, são importantes ações preventivas e pró-ativas, de modo a garantir a eficiência na alocação do recurso público e alimentar um ciclo virtuoso em relação ao desenvolvimento municipal.

Já Amurim (2013), nos municípios do Estado de Mato Grosso procurou identificar e analisar os efeitos dos gastos orçamentários municipais sobre o IFDM. Como resultado percebeu que para a área de educação, as variáveis apresentam sinais positivo e significativos. Sendo que, quanto maiores forem o produto interno bruto, a receita total, o endividamento e os gastos destinados à educação infantil, maior será o IFDMeducação. Para área de saúde, o modelo mostra uma variável que influencia positivamente no IFDM, PIB/HAB, mostrando que quanto maior o produto interno bruto, maior será o IFDMsaúde.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A população da pesquisa é composta pelos 497 municípios do Estado do Rio Grande do Sul, utilizando como período de análise os anos de 2004 a 2016. A escolha dos municípios gaúchos se deu por conveniência e a definição do período de análise ocorreu em função da acessibilidade de informações sobre as eleições e porque 2018 foi o último de publicação do IFDM, relativo ao ano-base de 2016. Em virtude da indisponibilidade de alguns dados, a amostra utilizada abrange 494 municípios e destes, algumas informações não estavam disponibilizadas para todos os anos da amostra, por isso utilizou-se um painel desbalanceado.



O processo de coleta de dados foi realizado pela *internet*, a partir de dados secundários. Sendo coletadas, as informações sobre os gastos sociais no banco de dados Finanças Brasil (Finbra), do *site* da Secretaria do Tesouro Nacional (STN); os dados referentes aos indicadores socioeconômicos do *site* da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN). Já os dados referentes ao PIB e população foram coletados do *site* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os dados eleitorais dos *sites* do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Tribunal Regional Eleitoral do RS (TRE-RS).

Os dados coletados foram tabulados em planilha eletrônica para posterior análise no *software GNU Regression, Econometric and Time-series Library (Gretl) 2020c-git*, através da técnica econométrica de regressão para dados em painel, visto que a amostra é constituída por dados seccionais (municípios gaúchos) e temporais (entre os anos de 2004 a 2016). Seguindo de forma semelhante à técnica utilizada por autores que estudaram essa temática: Sakurai (2009), Silva e Faroni (2010), Veloso e Bornhold (2016) e Nunes (2017).

Os dados financeiros foram corrigidos pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) para valores de 2016, tais informações são disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV IBRE). Conforme Gonçalves, Funchal e Bezerra Filho (2017), a opção de escolha do IGP-M reside no fato de este índice medir a variação mensal de preço que afeta diretamente as unidades econômicas.

O agrupamento das despesas de saúde, educação e assistência ocorreu de acordo com a metodologia utilizada pela Secretaria do Tesouro Nacional, alterada em 2001. Foi realizado o agrupamento dessas com outras despesas para que os dados pudessem ser comparados durante todo o período de análise. Assim, a despesa de saúde se uniu às despesas com saneamento, assim como a despesa de educação foi agrupada com as despesas com cultura, bem como as despesas de assistência social foi agrupada às despesas com previdência social. Conforme utilizado por Sakurai (2009).

Para a análise do desenvolvimento socioeconômico municipal utilizou-se o IFDM. Essa variável foi considerada dependente e estruturada em modelos cujas especificações possibilitassem sua explicação pelas variáveis independentes, sendo que todos os valores foram transformados em termos *per capita* e em logaritmo natural.

Os valores dos gastos públicos, após corrigidos monetariamente, foram transformados para valores *per capita* e, após convertidos no seu logaritmo natural, para diminuir eventuais distorções nos dados, devido às diferenças econômicas entre as cidades. Também foi utilizado o logaritmo natural da população para amenizar a disparidade do porte de cada município.

Para verificar a existência de ciclo político oportunista foram criadas três *dummies* eleitorais que apresentam valor 0 ou 1 nos respectivos anos, sendo os anos classificados como pré-eleitorais, eleitorais e pós-eleitorais, tendo como referência os anos eleitorais, ou seja, os que ocorreram eleições para prefeito (2004, 2008, 2012 e 2016).

Para evidenciar o ciclo político partidário, foram construídas duas *dummies* para a ideologia do partido no poder: a primeira assume o valor de 1, caso o partido seja de esquerda, e de 0, caso contrário, e a segunda assume o valor de 1, caso o partido seja de direita, e de 0, caso contrário. Desse modo, as *dummies* de partidos de centro são a base para a comparação e retiradas das estimações para evitar o problema de multicolinearidade perfeita entre as variáveis de ideologia política.

Para analisar a coalizão entre o partido do prefeito com o partido do governador e com o partido do presidente foram incluídas duas *dummies*; uma delas assumiu o valor 1, caso o partido do prefeito e do governador do Estado sejam os mesmos e 0, caso contrário; outra *dummy* assumindo valor 1, caso o partido do prefeito e do Presidente da República sejam os mesmos e 0, caso contrário, conforme adotado por (Veloso & Bornhold, 2016).

A classificação partidária segue a tipificação utilizada por Rodrigues (2002), Sakurai



(2009) e Gaston (2017) conforme Tabela 1, a seguir:

Tabela 1. Classificação dos partidos políticos

Partidos de Esquerda	Partidos de Centro	Partidos de Direita
PC do B	PMDB	DEM
PDT	PP	PFL
PHS	PRB	PL
PPL	PSDB	PSC
PPS	PTB	PSD
PSB	SD	
PT		

Fonte: Adaptado de Rodrigues (2002), Sakurai (2009) e Gaston (2017)

Na tabela 2 estão demonstradas as variáveis utilizadas nos modelos desta pesquisa.

Tabela 2. Variáveis utilizadas nos modelos econométricos

Variáveis	Descrição
AssistPrev	Logaritmo <i>per capita</i> de assistência e previdência
SauSanem	Logaritmo <i>per capita</i> de saúde e saneamento
EducCult	Logaritmo <i>per capita</i> de educação e cultura
GastSoc	Logaritmo <i>per capita</i> dos gastos sociais agregados
POP	Logaritmo natural da população
PIB	Crescimento do PIB ano a ano
PreEleit	<i>Dummy</i> de ano pré-eleitoral
Eleit	<i>Dummy</i> de ano eleitoral
PosEleit	<i>Dummy</i> de ano pós-eleitoral
PartEsq	<i>Dummy</i> de partidos de esquerda
PartCen	<i>Dummy</i> de partidos de centro
PartDir	<i>Dummy</i> de partidos de direita
Gov	<i>Dummy</i> quando partido prefeito é o mesmo do governador
Pres	<i>Dummy</i> quando partido prefeito é o mesmo do presidente
IFDM	Logaritmo Índice de desenvolvimento socioeconômico dos municípios
AssisPrev x Anoeleit	Termos de interação (gastos <i>versus</i> calendário eleitoral), ou seja, variáveis multiplicativas usadas para captar o efeito do gasto no IFDM dos municípios, controlado pelo ciclo político. Os resultados representam a influência em comparação com as interações entre variáveis de gastos sociais e calendário eleitoral.
SauSaneam x Anoeleit	
EducCult x Anoeleit	
GastSoc x Eleitoral	
GastSoc x PreEleit	
GastSoc x PosEleit	

Fonte: Dados da pesquisa

Os modelos utilizados com o propósito de evidenciar a influência dos ciclos políticos oportunistas e partidários sobre os gastos públicos foram estimados em quatro equações, com modelos econométricos específicos:

$$Y_{it} = \delta + \beta_1 PreEleit_{it} + \beta_2 Eleit_{it} + \beta_3 PosEleit_{it} + \beta_4 PartEsq_{it} + \beta_5 PartCen_{it} + \beta_6 PartDir_{it} + \beta_7 Gov_{it} + \beta_8 Pres_{it} + \beta_9 PIB_{it} + \beta_{10} POP_{it} + \varepsilon_{it}$$

(equações 1, 2, 3 e 4)

A partir da evidência de ciclos políticos oportunistas e partidários sobre as distribuições orçamentárias em gastos sociais, foi estimada a influência dessas decisões fiscais (mediadas pelos ciclos políticos) no desenvolvimento socioeconômico local (IFDM). Para isso, foi utilizado um modelo com o termo de interação (Wooldridge, 2006), ou seja, variáveis multiplicativas usadas para captar o efeito do gasto no bem-estar social da população, controlado pelo ciclo político. Cada estimação foi realizada com a variável do gasto social e o produto dessa variável pelo *ano eleitoral*, e, no caso do modelo que explica os gastos totais, a



variável de interação foi obtida pela sua multiplicação com as *dummies* dos anos pré-eleitorais, eleitorais e pós-eleitorais. As variáveis políticas e de controle se repetem nos 4 modelos.

$$IFDM_{it} = \delta + \beta_1 AssistPrev_{it} + \beta_2 AssistPrev_{it} \times Elei_{it} + \beta_3 PreElei_{it} + \beta_4 Elei_{it} + \beta_5 PosElei_{it} + \beta_6 PartEsq_{it} + \beta_7 PartCen_{it} + \beta_8 PartDir_{it} + \beta_9 Gov_{it} + \beta_{10} Pres_{it} + \beta_{11} PIB_{it} + \beta_{12} Pop_{it} + \mu_{it} \quad (\text{equação 5})$$

$$IFDM_{it} = \delta + \beta_1 SauSaneam_{it} + \beta_2 SauSaneam_{it} \times Elei_{it} + \beta_3 PreElei_{it} + \beta_4 Elei_{it} + \beta_5 PosElei_{it} + \beta_6 PartEsq_{it} + \beta_7 PartCen_{it} + \beta_8 PartDir_{it} + \beta_9 Gov_{it} + \beta_{10} Pres_{it} + \beta_{11} PIB_{it} + \beta_{12} Pop_{it} + \mu_{it} \quad (\text{equação 6})$$

$$IFDM_{it} = \delta + \beta_1 EducCult_{it} + \beta_2 EducCult_{it} \times Elei_{it} + \beta_3 PreElei_{it} + \beta_4 Elei_{it} + \beta_5 PosElei_{it} + \beta_6 PartEsq_{it} + \beta_7 PartCen_{it} + \beta_8 PartDir_{it} + \beta_9 Gov_{it} + \beta_{10} Pres_{it} + \beta_{11} PIB_{it} + \beta_{12} Pop_{it} + \mu_{it} \quad (\text{equação 7})$$

$$IFDM_{it} = \delta + \beta_1 GastSoc_{it} + \beta_2 GastSoc_{it} \times PreElei_{it} + \beta_3 GastSoc_{it} \times Elei_{it} + \beta_4 GastSoc_{it} \times PosElei_{it} + \beta_5 PreElei_{it} + \beta_6 Elei_{it} + \beta_7 PosElei_{it} + \beta_8 PartEsq_{it} + \beta_9 PartCen_{it} + \beta_{10} PartDir_{it} + \beta_{11} Gov_{it} + \beta_{12} Pres_{it} + \beta_{13} PIB_{it} + \beta_{14} Pop_{it} + \mu_{it} \quad (\text{equação 8})$$

Os dados foram analisados pelas técnicas de regressão de efeitos fixos e efeitos aleatórios, conforme indicado pelo diagnóstico de painel gerado nas análises preliminares da estimação pelos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO).

4 RESULTADOS

4.1 Estatísticas Descritivas

As estatísticas descritivas compreendem as informações sobre médias e desvio padrão das variáveis e dados envolvidos no estudo, conforme apresentado na Tabela 3.

Tabela 3. Estatísticas descritivas das variáveis

Variável	Média	D.P.	Mín	Máx
IFDM	0,70	0,075	0,44	0,90
População Total	22.099	77.556	1.147	1.481.000
PIB	0,06	0,19	-0,64	3,49
AssisPrev	172,77	129,77	0,09	2.238,37
SauSaneam	680,65	359,02	8,27	3.292,56
EducCult	766,53	320,21	15,91	3.741,45
GastSoc	1.620,68	686,81	266,85	7.755,61

Fonte: Dados da pesquisa

O IFDM médio dos municípios gaúchos é de 0,70, com índices variando entre 0,44 (mínimo) e 0,90 (máximo). Vale ressaltar que quanto mais próximo de 1 mais desenvolvidos são os municípios. A amostra contém municípios com população que varia entre 1.147 e 1.481.000 habitantes. A média dos gastos anuais per capita com assistência e previdência é de R\$ 172,77, no entanto, os valores mínimos e máximos variam entre R\$ 0,09 e R\$ 2.238,37. Os gastos médios com saúde/saneamento *per capita* anuais são de R\$ 680,65, com valores mínimos e máximos oscilando entre R\$ 8,27 e R\$ 3.292,56. Os gastos médios com educação e cultura anuais per capita são de R\$ 766,53, seus valores oscilam entre R\$ 15,91 e R\$ 3.741,45. Os gastos sociais agregados médios anuais per capita são de R\$ 1.620,68, com valores oscilando entre R\$ 266,85 e R\$ 7.755,61. Diante das disparidades entre os valores dos gastos sociais, mesmo tendo os convertido em per capita, seus valores foram convertidos em

logaritmos para reduzir as distorções provocadas pelas diferenças municipais.

4.2 Evidência de ciclos políticos sobre os gastos sociais

A Tabela 4 apresenta os resultados dos quatro modelos que evidenciam a influência do ciclo político sobre os gastos públicos, onde entre parênteses estão os valores de erro padrão e os asteriscos são os níveis de significância associados a cada coeficiente. Também são apresentadas as estatísticas do R², que representam o poder explicativo dos modelos, o Teste F, o Critério de Akaike e o número de observações do modelo. O teste de Hausman indicou o método de efeitos fixos em todos os casos para obter a consistência dos resultados.

Tabela 4. Ciclo Político sobre os gastos específicos e agregado

Variáveis Explicativas	Variáveis Dependentes			
	AssistPrev Modelo 1 (EF)	SauSanem Modelo 2 (EF)	EducCult Modelo 3 (EF)	GastSoc Modelo 4 (EF)
Const	2,4055 (3,7148)	4,1096 ** (1,843)	5,6795 *** (1,2723)	6,1018 *** (1,5449)
POP	0,2778 (0,4154)	0,2587 (0,2060)	0,1011 (0,1422)	0,1377 (0,1727)
PIB	0,2231 *** (0,0702)	0,1339 *** (0,0220)	0,0580 *** (0,0140)	0,1010 *** (0,0172)
PreEleit	0,1645 *** (0,0096)	0,0450 *** (0,0060)	0,0685 *** (0,0048)	0,0655 *** (0,0035)
Eleit	-0,0707 *** (0,0162)	-0,0805 *** (0,0094)	-0,0615 *** (0,0062)	-0,0669 *** (0,0063)
PosEleit	-0,1305 *** (0,0133)	-0,0951 *** (0,0066)	-0,0837 *** (0,0043)	-0,0917 *** (0,0032)
PartEsq	-0,2279 *** (0,0463)	-0,1069 *** (0,0286)	-0,0622 *** (0,0190)	-0,0975 *** (0,0235)
PartDir	-0,1037 (0,1218)	-0,1448 ** (0,0729)	-0,1150 ** (0,0519)	-0,1327 ** (0,0633)
Gov	-0,3221 *** (0,0467)	-0,2119 *** (0,0238)	-0,1079 *** (0,0166)	-0,1656 *** (0,0193)
Pres	0,5666 *** (0,0481)	0,3450 *** (0,0290)	0,2111 *** (0,0189)	0,3003 *** (0,0236)
R ²	0,5256	0,6445	0,7055	0,6571
Teste F	69,8994	87,9655	186,064	333,909
Critério de Akaike	12241,69	5009,264	-174,1655	1386,363
Observações	6317	6317	6318	6309

Nota. *, ** e *** significativo em 10%, 5% e 1%, respectivamente. Efeito Fixo (EF).

Analisando primeiramente os anos eleitorais, percebe-se um sinal distinto do esperado pela teoria dos ciclos políticos (Rogoff, 1990), uma vez que os valores executados em anos eleitorais são, em média, menores do que os executados em anos pré-eleitorais. Os coeficientes associados as *dummies* de ano eleitoral, para cada uma das estimações, são estatisticamente significativos ao nível de 1% e sugerem que em tais anos a retração dos gastos é da ordem de 7,07% para os gastos de assistência/previdência, 8,05% para saúde/saneamento, 6,15% para educação/cultura e 6,69% para os gastos sociais agregados.

O sinal negativo no coeficiente de ano eleitoral para os gastos com saúde/saneamento e educação/cultura corroboram em parte com os achados de Nunes (2017), que investigou as evidências de ciclos políticos orçamentários nos municípios gaúchos entre os anos 2002 e 2012 para as despesas de saúde e educação. O autor não encontrou influências para despesas com saúde no período eleitoral, já que a média dessas despesas apresentou um crescimento linear ao longo do tempo. Já a média das despesas com educação apresentaram uma queda em



2008, ano eleitoral, o que de acordo com o autor pode ser explicado pelo aumento nos dispêndios em investimentos.

Por outro lado, na análise de Veloso e Bornhold (2016), também para os municípios do Rio Grande do Sul, o ano eleitoral apresentou significância estatística e positiva para as funções de assistência/previdência e saúde/saneamento. Já os gastos de educação/cultura não sofreram manipulações eleitorais para o período analisado.

Gionedis e Guimarães (2016), também não encontraram ciclos políticos oportunista nos gastos por função (educação, saúde, assistência social e urbanismo). Segundo os autores, esse fato pode ser explicado na medida em que estes são gastos inerentes, ou seja, que o governo deve manter ano a ano e sobre os quais há certa inflexibilidade.

Já para Sakurai (2009), saúde e saneamento seria uma das funções mais sujeitas a manipulações eleitorais. O autor encontrou relação estatisticamente significativa e positiva para todas as funções analisadas neste estudo, porém sua análise foi desenvolvida para os municípios brasileiros.

Aliado a isso, Silva e Faroni (2010), em um estudo para os municípios de Minas Gerais, constataram que o calendário eleitoral exerce influência estatisticamente significativa sobre o comportamento dos gastos de educação, assistência e previdência e saúde, tais funções são as que mais sofrem variações nos períodos eleitorais, talvez por representarem os serviços públicos de maior interesse coletivo e visibilidade social.

Percebe-se uma divergência de resultados entre os estudos, o que pode ser atribuída ao objeto de estudo, à amostra ou ao período analisado. Porém, na análise de Sakurai e Menezes Filho (2008), via dados em painel para o período 1988-2000, com vistas a verificar como as chances de reeleição são afetadas pela política fiscal, os autores constataram que o aumento das despesas efetuadas ao longo dos mandatos tende a elevar as chances de reeleição dos prefeitos brasileiros, embora despesas mais elevadas executadas especificamente no ano eleitoral tendam a ser prejudiciais para a reeleição.

Tal fato pode contribuir para explicar o expressivo aumento dos gastos sociais em anos pré-eleitorais quando comparados aos anos eleitorais. Os mesmos apresentaram sinal positivo (contrário à teoria dos ciclos políticos oportunistas) e estatisticamente significativo ao nível de 1% para todos os gastos analisados. Sendo que os gastos de assistência/previdência aumentaram em 16,45% em anos pré-eleitorais. Já os gastos de saúde/saneamento aumentaram em 4,5% e os gastos de educação/cultura em 6,85%.

Também, Nakaguma e Bender (2006) constataram que a amplitude dos ciclos políticos tem diminuído ao longo do tempo, fato que pode ser atribuído ao aprendizado do eleitorado e à experiência adquirida com eleições sucessivas, que contribuem para elevar o nível de controle político, reduzindo, assim, a intensidade dos ciclos. Os políticos conhecendo o comportamento dos eleitores, driblam a distribuição dos gastos para que estes não afetem o comportamento econômico das federações, estados ou municípios.

Veloso e Bornhold (2016) também acreditam que existe uma tendência à redução das manipulações realizadas nas rubricas de despesa do orçamento com o objetivo de enganar o eleitor com maiores gastos em períodos de eleições e anteriores a ela. Nakaguma e Bender (2006) e Sakurai (2009) já mencionavam essa tendência de que os ciclos eleitorais tendem a ser cada vez menores ao longo do tempo.

Quanto a ideologia partidária, pode-se destacar a não ocorrência de ciclo político partidário. Os partidos de esquerda são significantes ao nível de 1% para todos os gastos, sendo que os gastos com assistência e previdência são os que sofrem maior redução (22,79%), quando comparados aos partidos de centro. Já os partidos de direita apresentam sinal negativo e significância ao nível de 5% para os gastos de saúde e saneamento, educação e cultura e para os gastos sociais em sua totalidade, quando comparados aos partidos de centro.



Em relação ao alinhamento político, o fato de o partido do prefeito estar alinhado ao governo federal apresentou coeficientes positivos e com significância estatística ao nível de 1%, logo, o partido do prefeito estar alinhado com o governo federal representa que os gastos sociais tendem a aumentar em 56,66% para assistência/previdência; 34,50% para saúde/saneamento; 21,11% para educação/cultura e 30,03% para gastos totais.

Enquanto o alinhamento com o governo estadual se deu de forma negativa, para o qual também se esperava um resultado positivo, ou seja, o fato de o partido do prefeito estar alinhado com o partido do governador do estado representa uma redução nos gastos sociais.

Diante do exposto, pode-se dizer que a relação analisada na tabela 4, com essas e outras variáveis já foi objetivo de diversos estudos e diferentes amostras. Sendo, na maioria dos casos, constatado que os ciclos políticos econômicos oportunistas e partidários afetam alguns gastos públicos, ou seja, os governantes procuram demonstrar sua competência através do aumento de gastos com maior visibilidade aos eleitores.

4.3 Efeito moderador dos ciclos políticos na relação dos gastos sociais com o desenvolvimento socioeconômico municipal

As estimações apresentadas na Tabela 5 representam o diferencial deste estudo, que investiga o efeito moderador dos ciclos políticos na relação gastos sociais com o desenvolvimento socioeconômico dos municípios gaúchos. O objetivo desta análise é evidenciar o quanto os ciclos políticos potencializam o efeito dos gastos sociais no desenvolvimento local, neste caso, medido pelo IFDM.

Para isso, foi utilizado o termo de interação, que está representado pela multiplicação das variáveis dos gastos sociais específicos pela *dummy* do ano eleitoral, bem como pela multiplicação dos gastos sociais agregados pelas *dummies* dos anos pré-eleitorais, eleitorais e pós-eleitorais. Para se chegar no valor do coeficiente que representa o efeito, é necessário realizar a soma dos coeficientes individuais das variáveis com os coeficientes dos resultados multiplicativos, conforme observado em Wooldridge (2006). Estudo semelhante, utilizando termo de interação, foi realizado por Gonçalves, Funchal e Bezerra Filho (2017). A tabela 5 a seguir demonstra os resultados das regressões:

Tabela 5. Efeito sobre o desenvolvimento socioeconômico

Variáveis Explicativas	Variável Dependente: IFDM			
	Modelo 1 (EF)	Modelo 2 (EA)	Modelo 3 (EF)	Modelo 4 (EF)
Const	-0,6188 *** (0,2229)	-1,3058 *** (0,0543)	-1,2372 *** (0,2262)	-1,3314 *** (0,2080)
POP	0,0036 (0,0249)	0,0406 *** (0,0034)	0,0065 (0,0252)	-0,0027 (0,0234)
PIB	0,0249 *** (0,0039)	0,0216 *** (0,0038)	0,0268 *** (0,0042)	0,0154 *** (0,0037)
AssisPrev	0,0462 *** (0,0026)			
AssisPrev x Eleit	-0,0195 *** (0,0019)			
SauSaneam		0,0905 *** (0,0054)		
SauSaneam x Eleit		-0,0340 *** (0,0034)		
EducCult			0,1243 *** (0,0073)	
EducCult x Eleit			-0,0300 *** (0,0042)	
GastSoc				0,1358 *** (0,0047)

GastSoc x PreEleit	-0,0104 *** (0,0037)			
GastSoc x Eleit	-0,0461 *** (0,0036)			
GastSoc x PósEleit	0,0147 *** (0,0033)			
PreEleit	-0,0053 *** (0,0014)	-0,0016 (0,0013)	-0,0063 *** (0,0014)	0,0704 ** (0,0278)
Eleit	0,1069 *** (0,0100)	0,2327 *** (0,0223)	0,2137 *** (0,0276)	0,3537 *** (0,0263)
PósEleit	-0,0018 (0,0013)	0,0002 (0,0014)	0,0024 (0,0015)	-0,1019 *** (0,0239)
PartEsq	-0,0051 (0,0038)	-0,0057 * (0,0034)	-0,0060 * (0,0035)	-0,0027 (0,0031)
PartDir	-0,0224 ** (0,0093)	-0,0148 (0,0090)	-0,0125 (0,0083)	-0,0094 (0,0079)
Gov	-0,0061 * (0,0031)	-0,0021 (0,0029)	-0,0069 ** (0,0028)	0,0008 (0,0026)
Pres	0,0167 *** (0,0037)	0,0111 *** (0,0034)	0,0129 *** (0,0033)	0,0044 (0,0030)
R2	0,7679		0,7742	0,8006
Teste F	51,944		69,989	107,663
Critério de Akaike	-18163,51	-11293,74	-18341,65	-19090,55
Observações	6317	6317	6318	6309

Nota. *, ** e *** significativo em 10%, 5% e 1%, respectivamente. Efeito Fixo (EF); Efeito Aleatório (EA).

Inicialmente, constata-se, com 99% de confiança, que as variáveis de assistência/previdência, saúde/saneamento e educação/cultura e do gasto social agregado, pertencentes a cada um dos modelos são estatisticamente significativas na explicação do nível de desenvolvimento socioeconômico dos municípios gaúchos.

Sendo assim, uma variação positiva de 1% nos gastos com assistência/previdência, produz um aumento de 4,62% no IFDM. Ao realizar essa análise com o termo de interação entre o gasto de assistência/previdência com ano eleitoral, percebe-se que a relação continua sendo positiva e significativa ao nível de 1%, porém o aumento no IFDM passa a ser de 2,67%. A variação positiva de 1% nos gastos com saúde/saneamento produz um crescimento de 9,05% no IFDM dos municípios gaúchos. A análise do termo de interação dos gastos com saúde/saneamento e ano eleitoral revela que a relação continua sendo positiva e significativa ao nível de 1%, porém com um % de crescimento do IFDM menor, que passa a ser de 5,65%.

A análise dos gastos com educação/cultura evidencia que um acréscimo de 1% desses gastos produz um aumento de 12,43% no IFDM. Sendo este, o gasto com maior efeito no IFDM no período analisado. A análise do termo de interação entre educação/cultura e ano eleitoral evidencia que a relação continua sendo positiva e significativa ao nível de 1%, porém com um aumento menor no IFDM, que passa a ser de 9,43%. A análise dos gastos sociais agregados, evidencia que uma variação positiva de 1% nos gastos agregados produz um crescimento de 13,58 no IFDM. Observa-se que ao relacionar os gastos totais com os anos pré-eleitorais, eleitorais e pós-eleitorais no termo de interação, os resultados se mostram positivos e estatisticamente significativos sobre o IFDM, representados por aproximadamente 13% em anos pré-eleitorais, 9% em anos eleitorais e 15% em anos pós-eleitorais.

Os resultados indicam que as variáveis de gastos sociais, analisadas de forma individual ou agregada, contribuem com o crescimento do índice de desenvolvimento socioeconômico dos municípios gaúchos e que os ciclos políticos oportunistas interferem negativamente nesta relação, pois reduzem o efeito dos gastos sociais sobre o desenvolvimento local. Tal efeito pode ser explicado pela redução desses gastos em períodos



eleitorais conforme apresentado na Tabela 4, ou seja, em períodos eleitorais os governos gaúchos tendem a gastar menos em áreas sociais, visando mostrar sua competência em outros gastos de maior visibilidade aos eleitores, como por exemplo investimentos em obras públicas, conforme mencionado por Nunes (2017). Outra justificativa pode ser a intenção de reeleição por parte dos prefeitos, conforme destacado por Sakurai e Menezes Filho (2008), despesas mais elevadas efetuadas ao longo dos mandatos tendem a elevar as chances de reeleição dos prefeitos brasileiros, embora despesas mais elevadas executadas especificamente no ano eleitoral tendam a ser prejudiciais para a reeleição.

Os modelos também evidenciam um efeito direto dos ciclos políticos oportunistas sobre o índice de desenvolvimento socioeconômico dos municípios gaúchos. A análise da *dummy* de ano pré-eleitorais evidencia uma redução do IFDM na ordem de 5,3%, 1,6% e 6,3% nos modelos 1, 2 e 3 respectivamente e aumento de 7,04% no modelo 4. Porém, em anos eleitorais percebe-se um significativo aumento desses percentuais em relação ao IFDM, representados por valores aproximados de 11%, 237%, 21% e 35% para os modelos 1, 2, 3 e 4 respectivamente, todos com 99% de significância estatística. Nos anos pós-eleitorais os percentuais de IFDM diminuem consideravelmente, o que pode ser percebido como uma recomposição dos gastos e consequentemente do IFDM.

Esses resultados corroboram com a teoria dos ciclos políticos oportunistas, pois os resultados apontam para os achados de Nordhaus (1975), que demonstrou que em períodos eleitorais os gestores tendem a aumentar os aspectos econômicos.

A análise dos ciclos políticos na perspectiva partidária revela que os partidos de esquerda apresentaram um efeito negativo sobre o IFDM, nos modelos que consideraram os gastos com saúde e educação na explicação do IFDM, porém esta relação é significativa apenas ao nível de 10% de significância. Em relação aos partidos de direita, pode-se observar o efeito sobre o IFDM também é negativo e estatisticamente significativo, ao nível de 5%, no modelo que considerou os gastos sociais em assistência social na explicação do IFDM.

Quanto ao alinhamento do partido do prefeito municipal com o governo estadual, os resultados se revelaram negativos, mas com baixa significância estatística, exceto no modelo que considerou o gasto com educação na explicação do IFDM. No entanto, o alinhamento político com o governo federal se revelou positiva e estatisticamente significativa em todos os modelos analisados, significando que os municípios gaúchos cujo Prefeito pertence ao mesmo partido político do Presidente da República aumentam aproximadamente 1% seu nível de desenvolvimento municipal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou o efeito moderador que os ciclos políticos exercem na relação entre os gastos sociais sobre o desenvolvimento socioeconômico dos municípios gaúchos. Além disso, buscou-se evidências para a influência de outras variáveis políticas, como o alinhamento partidário dos prefeitos municipais com os Governos Estadual e Federal.

Inicialmente se verificou a existência de ciclos políticos na realização de despesas sociais dos municípios gaúchos. Para tanto, foram estimados modelos econométricos, um para cada tipo de gasto social. Em todos eles, se percebeu uma elevação dos gastos sociais em períodos pré-eleitorais, especialmente nos gastos com assistência social e previdência, por outro lado, observou-se uma redução destes gastos nos períodos eleitorais e pós-eleitorais.

A análise da relação dos gastos sociais com o desenvolvimento socioeconômico dos municípios revelou efeitos positivos e estatisticamente significativos em todos os gastos sociais analisados, e ainda, no gasto social agregado. Portanto, os investimentos em assistência social, previdência, saúde, saneamento, educação e cultura entre os anos de 2004 e 2016 contribuíram com o desenvolvimento socioeconômico local.



Os resultados indicam que as variáveis de gastos sociais, analisadas de forma individual ou agregada, contribuem com o crescimento do desenvolvimento socioeconômico dos municípios gaúchos e os ciclos políticos oportunistas moderam esta relação, interferindo negativamente, pois reduzem o efeito dos gastos sociais sobre o desenvolvimento local.

A ideologia partidária, revelou uma relação negativa, porém, estatisticamente fraca. No entanto, o alinhamento partidário dos prefeitos municipais com o Governo Federal se revelou positivo e estatisticamente significativo no desenvolvimento socioeconômico dos municípios gaúchos durante o período analisado.

De forma geral, os resultados dessa pesquisa corroboram com a Teoria dos Ciclos Políticos. Os achados confirmam a existência de ciclos políticos oportunistas e partidários nos gastos sociais dos municípios gaúchos que moderam os efeitos sobre o desenvolvimento socioeconômico local.

Como limitação do estudo, pode ser mencionado a falta de informações de variáveis utilizadas na pesquisa, motivo pelo qual utilizou-se painel desbalanceado. Outra limitação está relacionada ao período de análise que se limitou ao ano de 2016 por ser o último ano base com dados para IFDM. Para pesquisas futuras, sugere-se expandir as análises para outros estados do Brasil para verificar se as relações encontradas nesta pesquisa se confirmam em outras realidades sociais e econômicas.

REFERÊNCIAS

- Alesina, A. (1987). Macroeconomic policy in a two-party system as a repeated game. *Quarterly Journal of Economics*, 102, 651-678.
- Amurim, E. P. D. S. D. (2013). *Efeitos dos gastos orçamentários municipais sobre o índice FIRJAN de desenvolvimento municipal (IFDM): análise em municípios do estado de Mato Grosso*. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), 2013, São Leopoldo, RS
- Andrade, B. H. S., Silva, E. A. S. R. G., Costa, A. J. B., & Matos, N. B. (2019). Gasto público e desenvolvimento: uma análise dos municípios brasileiros de grande porte. *Revista Uniabeu*, 12(32).
- Araújo, J. M., & Leite Filho, P. A. M. (2011). Ciclos político-econômicos: uma análise do comportamento dos gastos públicos nos estados brasileiros no período de 1995 a 2008. *Anais do Encontro Nacional de Economia*, Salvador, BA, Brasil, 38.
- Costa, I. S. (2011). *Gasto público e desenvolvimento socioeconômico: uma análise dos municípios do Estado do Paraná*. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Viçosa, UFV, 2011, Viçosa, MG.
- Costa, C. C. (2012). *Qualidade do gasto público e desenvolvimento socioeconômico nos municípios do estado de Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Viçosa, UFV, 2012, Viçosa, MG.
- Costa, C. C. D. M., Ferreira, M. A. M., Braga, M. J., & Abrantes, L. A. (2015). Fatores associados à eficiência na alocação de recursos públicos à luz do modelo de regressão quantílica. *Revista de Administração Pública*, 49(5), 1319-1347.
- Chortareas, G., Logothetis, V., & Papandreou, A. A. (2016). Political budget cycles and reelection prospects in Greece's municipalities. *European Journal of Political Economy*, 43, 1-13.
- Gámez, C., & Ibarra-Yúnez, A. (2009). El ciclo político oportunista y el gasto de los estados mexicanos. *Gestión y política pública*, 18(1), 39-65.
- Gaston, L. H. Z. (2017). *Ciclos políticos municipais brasileiros: um estudo empírico*. Dissertação (Mestrado em economia), Universidade Federal do Rio Grande Do Sul, UFRGS, 2017, Porto Alegre, RS, 64.



- Gionedis, E. M., & Guimarães, R. (2016). Ciclos político-econômicos: uma análise dos gastos públicos do Estado do Paraná entre 2003 e 2013. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, 37(131), 177-198.
- Gonçalves, L. G., Funchal, B., & Bezerra Filho, J. E. (2017). A influência dos ciclos políticos nos investimentos públicos em infraestrutura: um estudo nos estados brasileiros no período de 2003 a 2014. *Revista de Administração Pública*, 51(4), 462-481.
- Guerra, D., Paixão, A. N. D., & Leite Filho, P. A. M. (2018). Os ciclos político-econômicos e os gastos dos estados no Brasil: 1995-2013. *Dados*, 61(3), 695-734.
- Hibbs, D. A. Jr. (1977). Political parties and macroeconomic policy. *American Political Science Review*, 71.
- Lazarin, M. F., Mello, G. R., & Bezerra, F. M. (2014). A relação entre a dívida pública e o desenvolvimento socioeconômico dos municípios paranaenses: evidências para o período de 2002 a 2010. *Race: revista de administração, contabilidade e economia*, 13(2), 719-736.
- López G, M., & Rodríguez V, A. (2008). Ciclos políticos y agregados macroeconómicos: Un análisis para el caso colombiano (1970-2005). *Perfil de Coyuntura Económica*, (12), 137-158.
- Morais, L. M. F., Sarmento, T. L. D. F., Diniz, J. A., & Queiroz, D. B. (2018). Determinantes dos gastos públicos dos municípios brasileiros. *Anais do Congresso USP International Conference in Accounting*, São Paulo, SP, Brasil, 18.
- Nakaguma, M. Y., & Bender, S. (2006). A emenda da reeleição e a Lei de Responsabilidade Fiscal: impactos sobre ciclos políticos e performance fiscal dos Estados (1986-2002). *Economia aplicada*, 10(3), 377-397.
- Nordhaus, W. (1975). The political business cycle. *Review of Economic Studies*, 42, 169-190.
- Nunes, G. S. (2017). Ciclos políticos orçamentários: uma análise das despesas em educação e saúde para os municípios do Rio Grande do Sul (2002-12). *Indicadores Econômicos FEE*, 44(4), 99-110.
- Pinto, N. G. M., Coronel, D. A., Vieira, K. M., & Ceretta, P. S. (2015). A influência dos fatores socioeconômicos no endividamento dos municípios do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 11(1).
- Queiroz, M. C. L., & Silva, A. B. (2010). Ciclos políticos orçamentários no estado do Ceará, 1986-2006. *Planejamento e políticas públicas*, 35.
- Rogoff, K., & Sibert, A. (1988). Elections and macroeconomic policy cycles. *The review of economic studies*, 55(1), 1-16.
- Rogoff, K. (1990). Equilibrium political budget cycles. *The American Economic Review*, 80(1), 21-26.
- Sakurai, S. N. (2009). Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros: uma análise para o período 1990-2005 via dados em painel. *Estudos Econômicos* (São Paulo), 39(1), 39-58.
- Sakurai, S. N., & Menezes-Filho, N. A. (2008). Fiscal policy and reelection in Brazilian municipalities. *Public Choice*, 137(1-2), 301-314.
- Silva, S. L. P., & Faroni, W. (2010). Ciclos político orçamentários: um estudo para os municípios do estado de Minas Gerais–2000/2008. *Sinergia*, 14 (1): 9-20.
- Veiga, L. G., & Veiga, F. J. (2007). Political business cycles at the municipal level. *Public choice*, 131(1-2), 45-64.
- Veloso, G. O., & Bornhold, S. D. (2016). Averiguação empírica de ciclos políticos nos municípios gaúchos, entre 1995 e 2008. *Ensaio FEE*, 36(4), 1069-1096.
- Wooldridge, J. M. (2006). Introdução à econometria. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.